

**NORDON INDÚSTRIAS
METALÚRGICAS S/A**

Demonstrações Financeiras em
31 de Dezembro de 2016
e Relatório dos Auditores Independentes

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Relatório da administração	6
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido a descoberto	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas da
NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
Santo André – São Paulo

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro e patrimônio líquido a descoberto. Conforme comentado na Nota 01, suas atividades operacionais estão paralisadas desde o exercício de 2000, aguardando decisão do acionista controlador. Portanto, sua continuidade está vinculada à decisão de seus acionistas em efetuarem investimentos e aportes de capital para a identificação e desenvolvimento de novas atividades operacionais, além do sucesso nas negociações para a solução de seus passivos, especialmente trabalhistas, com debenturistas e tributários.

Conforme comentado na Nota 06 a Companhia foi notificada, em dezembro de 2015, do cancelamento de sua opção de parcelamento dos débitos tributários pelo REFIS. Para garantir a liquidação de seus passivos junto aos credores, a Companhia depende do sucesso nas negociações em andamento, bem como do êxito na realização planejada de seus ativos. Para a concretização desse objetivo é essencial que haja o reenquadramento ao REFIS/PRT, ainda não concretizado pelos seus assessores jurídicos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação ao principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos desenhados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para endereçar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Continuidade:

O principal risco envolvendo a Companhia é com relação a sua continuidade e condição de saldar seus passivos. O Patrimônio líquido encontra-se a descoberto há vários anos e as negociações estabelecidas pela Administração ainda não lograram êxito para permitir a recuperação de sua atividade operacional normal e recuperação de sua situação, saldando seus compromissos. O cancelamento do parcelamento de suas dívidas tributárias, pelo REFIS, acresce significativamente o montante devido, além de impactar negativamente na concretização de planos e objetivos estabelecidos.

Como nossa auditoria endereçou o assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão das projeções de obtenção de caixa e dos resultados esperados nas negociações em andamento, a serem concretizados em futuro próximo. Parte desses objetivos encontra-se relatado no Relatório da Administração. Buscamos, também, avaliar o possível sucesso na reintegração da Companhia em processo especial de parcelamento de suas dívidas tributárias, com significativa redução de seu montante. Essa questão é extremamente relevante para alcançar os objetivos estabelecidos. No decorrer do exercício, bem como depois de apresentadas as demonstrações financeiras para nossos exames mantivemos intenso contato com os responsáveis pela Administração.

O resultado destes nossos procedimentos de auditoria sobre as projeções e concretização dos objetivos estabelecidos mostrou que os mesmos dependem de fatores que não são totalmente controlados pela Administração. Consequentemente, as dúvidas de êxito desses planos são relevantes e não nos permitem concluir favoravelmente sobre a continuidade e liquidação de seus passivos num prazo razoável.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas

demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Relatório do exercício anterior

Ênfase

Nosso relatório relativo ao exame de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, na data de 15 de março de 2016, continha parágrafo de ênfase com o seguinte teor:

A NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro e patrimônio líquido a descoberto. Conforme comentado na Nota 01, suas atividades operacionais estão paralisadas desde o exercício de 2000, aguardando decisão do acionista controlador. Portanto, sua continuidade está vinculada à decisão de seus acionistas em efetuarem investimentos e aportes de capital para a identificação e desenvolvimento de novas atividades operacionais, além do sucesso nas negociações para a solução de seus passivos, especialmente trabalhistas, com debenturistas e tributários. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No parágrafo “*Principais assuntos de auditoria*”, comentamos nossa discordância em relação ao plano estabelecido pela Companhia para obter as condições à sua continuidade.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 22 de março de 2017.

SIQUEIRA & ASSOCIADOS
Audidores Independentes

CRC PR-004232/O-6

ANTONIO CARLOS PEDROSO DE SIQUEIRA

Contador CRC - PR 15.509/O-5

Relatório da administração

Prezados Acionistas,

Em consonância com as exigências legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2016.

As atividades operacionais da Companhia estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função da inexistência de novos contratos.

Embora com suas atividades paralisadas, a Gestão Administrativa vem atuando com ações necessárias para gestão de seus Ativos e Passivos, como segue:

Debêntures:

Encontramo-nos em fase final de repactuação das Debêntures, apresentamos aos senhores debenturistas uma proposta com novos prazos e juros mais favoráveis que deverão ser apreciados e votados em assembleia a ser realizada em abril de 2017.

Passivos trabalhistas:

Muito embora a Companhia esteja com seu processo produtivo paralisado, empenhamos os nossos maiores esforços no sentido de sanear o passivo trabalhista.

Em janeiro de 2002 tínhamos 330 processos trabalhistas, em dezembro de 2016 temos apenas 27 processos.

Processos Cíveis:

Da mesma forma, especial atenção foi dada para os Processos Cíveis.

Em dezembro de 2002 tínhamos 52 processos, em dezembro de 2016 temos 12 processos cíveis, incluso o processo das debêntures, que representa 77,09% do total.

Tributos Federais:

A Companhia contratou escritórios especializados para aderir aos novos programas de parcelamentos sejam eles PRT ou REFIS, nos quais além de usar parte de seus prejuízos fiscais e também a base negativa da CSLL que por consequência iram reduzir sensivelmente os respectivos valores, e poderá também utilizar Depósitos Judiciais da ordem de R\$ 7.638.242,89 (sete milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos), na data base de 30/12/2016.

Dentre os trabalhos requeridos a esses especialistas constam: 1º solicitação de confirmação da devida atualização dos depósitos efetuados de forma análoga às atribuídas aos saldos devidos; 2º informações sobre os montantes de depósitos já utilizados para liquidação de passivos tributários; e, 3º depósitos liberados para uso da Companhia ou destinados à liquidação de outros tributos.

Cabe salientar que dos Depósitos Judiciais Tributários da Companhia já foram transferidos como Renda para União a importância de R\$ 14.025.880,09 (quatorze milhões, vinte e cinco mil, oitocentos e oitenta reais e nove centavos), razão da necessidade de uma conciliação.

Tributos Municipais – IPTU:

Da mesma forma a Companhia deverá negociar com a Prefeitura Municipal de Santo André um parcelamento ou negociação que promova a liquidação satisfatória do passivo existente.

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo considerando que suas atividades operacionais estejam paralisadas desde o exercício de 2000, as atividades dos gestores buscam viabilizar negociações que restabeleçam a condição de normalidade à Companhia, mediante negociações para a liquidação de todos os seus passivos.

Atendendo ao disposto ao que determina a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia não obteve dos auditores independentes ou pessoas a eles ligadas, nenhum outro serviço que não os de auditoria externa em 2016, conforme contrato firmado entre as partes.

A Diretoria agradece a todos os seus colaboradores e coloca-se a disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

Santo André, março de 2.017.

A Diretoria

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Balço patrimonial

(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NOT A	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	NOT A	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e bancos	-	3	256	Fornecedores	-	125	
Contas a receber	-	51	51	Obrigações sociais	-	20	
Outras contas a receber	-	452	429	Impostos contratuais a recolher	-	268	
		506	736	Debêntures	8	29.147	29.147
				Outras contas a pagar	7	388	
Não circulante				Provisão p/ contingências trabalhistas e civis	9	21.228	21.228
Realizável a longo prazo						51.176	51.176
Impostos a recuperar	-	-	935	Não circulante			
Depósitos judiciais	3	1.280	1.306	Exigível a longo prazo			
Depósitos judiciais tributários	4	6.505	5.890	Provisão p/ contingências	9	5.153	5.153
		7.785	8.130	Outras contas a pagar	7	8.133	8.133
				Tributos a recolher	6	81.173	81.173
Permanente						94.459	94.459
Investimentos	-	52	52	Patrimônio líquido			
Imobilizado	5	7.246	7.530	Capital social	10	107.838	107.838
		7.298	7.582	Reservas de capital	-	79	79
				Prejuízos acumulados	-	(237.963)	(237.963)
						(130.046)	(130.046)
Total ativo		15.589	16.448	Total passivo		15.589	16.448

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Demonstração do resultado

(valores expressos em milhares de reais)

Exercícios findos em:

	NOTA	31/12/2016	31/12/2015
Despesas operacionais		(11.035)	(28.764)
- gerais e administrativas	12	(3.003)	(3.027)
- depreciações	12	(284)	(490)
- financeiras líquidas	13	(8.603)	(28.315)
- outras receitas operacionais		856	3.068
Lucro operacional líquido		(11.035)	(28.764)
Prejuízo líquido do exercício		(11.035)	(28.764)
Quantidade de ações		6.621.487	6.621.487
Prejuízo por lote de mil ações		(1.666,47)	(4.344,07)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Demonstração das mutações do patrimônio líquido a descoberto
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	107.838	79	(198.164)	(90.247)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(28.764)	(28.764)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	107.838	79	(226.928)	(119.011)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(11.035)	(11.035)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	107.838	79	(237.963)	(130.046)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Demonstração dos fluxos de caixa

(valores em milhares de reais)

Exercícios findos em:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Atividades operacionais		
Prejuízo do período	(11.035)	(28.764)
Ajustes por despesas que não afetam o caixa		
(-) Depreciações	284	490
Recursos gerados no exercício	(10.751)	(28.274)
(Aumento) redução de contas a receber	-	(3)
(Aumento) redução de outras contas a receber	-	10
(Aumento) redução de impostos a recuperar	911	(7)
(Aumento) redução de depósitos judiciais	26	(86)
(Aumento) redução de créditos fiscais	(615)	(380)
Aumento (redução) de fornecedores	114	11
Aumento (redução) de obrigações fiscais e sociais	25	-
Aumento (redução) nas provisões de contingências	(157)	-
Aumento (redução) de contas a pagar	44	610
Aumento (redução) de outras contas a pagar	9	-
Aumento (redução) de tributos a recolher	10.141	27.509
Caixa líquido nas atividades operacionais	(253)	(610)
Varição líquida das disponibilidades	(253)	(610)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	256	866
Caixa e equivalente de caixa no final do período	3	256
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(253)	(610)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Demonstração do valor adicionado
(valores expressos em milhares de Reais)
Exercícios findos em

	31/12/2016	31/12/2015
1- Receitas	856	3.068
1.1 – Outras Receitas	856	3.068
2- Insumos adquiridos de terceiros	(816)	(1.075)
2.1 - Outros	(816)	(1.075)
3- Valor adicionado bruto	40	1.993
4- Retenções	(284)	(490)
4.1 - Depreciações	(284)	(490)
5- Valor adicionado recebido em transferência	710	466
5.1 – Juros Recebidos	710	466
6- Valor adicionado líquido a distribuir	466	1.969
7- Distribuição do valor adicionado	466	1.969
7.1 – Pessoal e encargos	313	357
7.2 – Acordos Trabalhistas	10	610
7.3 – Impostos	1.865	985
7.4 – Despesas Financeiras	9.313	28.781
7.5 – Prejuízo Líquido do Exercício	(11.035)	(28.764)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(valores expressos em milhares de Reais)

01 - Contexto operacional

A Companhia tem como atividade operacional preponderante a produção de bens de capital destinados ao mercado interno e externo para os setores químico, petrolífero, petroquímico, criogenia, alimentício e de bebidas. Suas atividades estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função da inexistência de novos contratos.

02 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas adotadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade além de normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Sociedade e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 15 de março de 2017.

Conforme informado na Nota 01 as atividades da Companhia estão paralisadas desde o exercício de 2000 em razão da inexistência de novos contratos. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando a normalidade de sua continuidade operacional. Entretanto, conforme estabelece o item 4.1 do CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Administração reconhece que estas demonstrações contábeis, ora apresentadas, não serão modificadas em sua forma de elaboração e apresentação, em caso de eventual impossibilidade de êxito quanto à sua continuidade.

a) Apuração do resultado

O resultado foi apurado pelo regime de competência de exercícios.

b) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou de construção corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e foi levada ao resultado do exercício em conta de despesas operacionais. Não foi identificada evidência de perdas não recuperáveis para as contas de terrenos e edificações em relação ao valor contábil.

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

A Companhia, após julgamento da Administração em relação ao valor residual do ativo imobilizado, optou por manter os mesmos critérios de avaliação adotados em exercícios anteriores por considerá-los mais justos, em face da situação econômica e financeira que vem atravessando desde a descontinuidade de suas atividades operacionais e que, qualquer acréscimo no imobilizado além de representar aumento nos custos operacionais em decorrência dos efeitos das depreciações, não representa benefício aos acionistas minoritários ou majoritários.

c) Outros ativos e passivos circulantes não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes, quando aplicáveis, são reduzidos a seus valores prováveis de realização mediante provisão. Os passivos circulantes e os não circulantes são atualizados monetariamente e incluem os encargos incorridos.

03 - Depósitos judiciais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições		
Contribuição social sobre o lucro líquido	553	510
INSS	574	527
PIS	6	6
Outros	-	122
Sub Total	1.133	1.165
Ações Trabalhistas	147	141
Total	1.280	1.306

Impostos e contribuições: São valores depositados em juízo sobre impostos e contribuições que estão em processo de contestação pela Companhia.

Ações trabalhistas: Correspondem a depósitos para garantia de processos trabalhistas com recursos judiciais de embargos à execução e agravos de petições.

Os saldos dos depósitos judiciais estão demonstrados pelos valores históricos dos mesmos. Eventuais variações serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Companhia tiver seus pleitos deferidos.

04 – Depósitos judiciais tributários

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Finsocial	386	354
Incra	762	699
Funrural	5.346	4.826
Imposto de renda sobre lucro líquido	12	11
Total	6.505	5.890

Com o amparo de ações judiciais, foram registrados créditos fiscais resultantes dos pagamentos indevidos de impostos e contribuições. Esses créditos quando e se julgados favoráveis para a Companhia serão utilizados na compensação de valores a pagar de impostos e contribuições de mesma natureza. A classificação no longo prazo levou em consideração a expectativa de compensação dos créditos ao longo do tempo.

05 – Imobilizado

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Descrição	Custo corrigido	Depreciações acumuladas	Valor líquido	
			31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	7.244	-	7.244	7.244
Edificações	10.778	(10.778)	-	284
Equipamentos de informática	5	(3)	2	2
Total	18.027	(10.781)	7.246	7.530

Bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 12.437 mil, foram oferecidos como garantia de ações judiciais em curso.

06 - Obrigações fiscais e sociais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
IPTU – Santo André	23.582	19.575
Dívida ativa - débitos previdenciários	26.592	21.821
Dívida ativa - demais débitos federais	19.314	18.350
ICMS	11.605	11.286
Refis previdenciários	80	-
Total	81.173	71.032

No final do exercício de 2009 a Companhia optou pelo parcelamento com base na Lei 11.941/2009, Novo REFIS, de impostos e contribuições em atraso junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e aguardava o termo de consolidação dos débitos e a homologação do pedido para realizar a conciliação do saldo devedor e reconhecer possíveis ajustes decorrentes de redução de juros e multas moratórias e de ofício, no que couber, inclusive pelo aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social; bem como a utilização dos depósitos judiciais relacionados a algumas CDA's incluídas, indevidamente, no antigo REFIS. Como parte do processo de parcelamento do Novo Refis a Administração da Companhia havia autorizado seus consultores jurídicos a promover a desistência de todas as ações judiciais em curso.

Em dezembro de 2015 a Companhia foi notificada do cancelamento de sua opção pelo REFIS. De modo a refletir esse fato foi registrada, nas demonstrações financeiras daquele exercício, a atualização do valor integral dos débitos tributários, de acordo com informações da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Conseqüentemente, foi efetuada a reversão dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social que haviam sido utilizados na redução da dívida tributária original; bem como outros benefícios concedidos pela legislação.

07 – Outras contas a pagar

Estão registradas responsabilidades da Sociedade, com prazos de pagamentos enquadrados como circulantes e não circulantes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Inepar S.A. Adm. Bens e Participações	388	378
Inepar Fem	5.769	5.769
IESA Projetos e Montagens S/A	2.282	2.238
INEPAR S/A Indústria e Construção	82	82

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	8.521	8.467
Circulante	388	379
Não circulante	8.133	8.089
	8.521	8.468

08 - Debêntures

Saldo referente às 1.895 debêntures de 3ª emissão nominativas simples com garantia flutuante não conversível em ações, com remuneração baseada na variação da TJLP acrescida de juros anuais de 3% (três por cento), registrados até a data do vencimento final, que ocorreu em fevereiro de 2003. A Administração da Companhia vem ultimando negociações deste instrumento, estando em fase final de repactuação das mesmas, conseguindo prazos e juros em condições favoráveis à Organização.

09 - Provisão para contingências

a) Parcela do circulante

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e autos de infração não correspondidos por depósitos judiciais.

b) Parcela do não circulante

Refere-se a valores provisionados e não recolhidos de impostos e contribuições que vêm sendo contestados judicialmente pela Companhia, correspondidos por depósitos judiciais de mesmo montante descrito na nota explicativa **03**.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Contingências Trabalhistas	10.608	10.765
Contingências Cíveis	10.620	10.620
Provisão p/ contingências Dep. Judicial	5.153	5.153
Total	26.381	26.538
Circulante	21.228	21.385
Não circulante	5.153	5.153
	26.381	26.538

10 - Capital social

O Capital Social é composto por 6.621.487 (em 31 de dezembro de 2015 eram 6.621.486.930) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. A principal alteração se deu pela proposta do grupamento de ações aprovado em Assembleia Geral Ordinária ("AGE") realizada em 29 de Abril de 2016 com a conversão de 1000 (mil) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária.

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

11 - Prejuízos fiscais

A Companhia possui prejuízos fiscais em montante aproximado de R\$ 168.672 mil (R\$ 157.955 mil em 2015) e base negativa de contribuição social de R\$ 185.148 mil (R\$ 174.114 mil em 2015), a serem compensados com lucros tributáveis futuros ou outras formas estabelecidas na legislação aplicável. Esses valores incluem, além do prejuízo fiscal do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a reversão dos prejuízos fiscais e da base de cálculo negativa da Contribuição Social conforme explicado na nota 06. Em função da impossibilidade de assegurar, neste momento, a geração de resultados futuros, os correspondentes créditos fiscais não foram reconhecidos nos balanços patrimoniais dos exercícios anteriores e atual.

12 - Despesas gerais e administrativas

Descrição	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com Pessoal	(313)	(357)
Despesas operacionais	(1.099)	(820)
Despesas tributárias	(1.865)	(780)
Despesas com processos trabalhistas	(10)	(1.070)
	<u>(3.287)</u>	<u>(3.027)</u>

13 - Resultados financeiros líquidos

Descrição	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras	710	465
Atualização de tributos	(9.313)	(28.781)
	<u>(8.603)</u>	<u>(28.316)</u>

Composição da conta de atualizações de tributos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributos Estaduais	(319)	(448)
Tributos Municipais	(3.096)	(2.351)
Tributos Federais	(5.898)	(25.982)
	<u>(9.313)</u>	<u>(28.781)</u>

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016



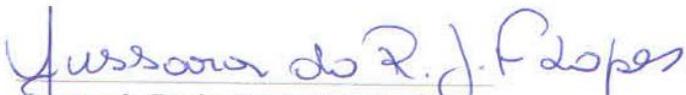
NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A.

DECLARAÇÃO

Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A, inscrita no C.N.P.J sob número 60.884.319/0001-59, estabelecida na Alameda Roger Adam, nº 169 – Utinga – Santo André/SP, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo ao Balanço Patrimonial de 31/12/2016.

Santo André, 13 de Março de 2017.


Elizabeth do Rocio de Freitas
Diretora Adm. Financeira


Jussara do Rocio Gomes Ferreira Lopes
Diretora Comercial

**Rua Comendador Araújo, 143 – 6º Andar – Sala 62 – Edifício Everest – Centro
Curitiba – Paraná – Cep 80420-000
Fones: (41) 3029-1806 / Fax: (41) 3029-1810**

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A
CNPJ Nº 60.884.319/0001-59

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016

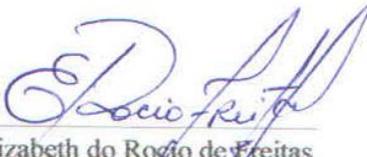


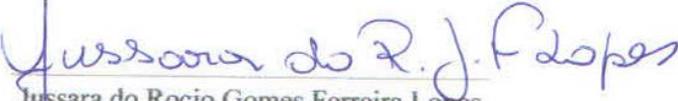
NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A.

DECLARAÇÃO

Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A, inscrita no C.N.P.J sob número 60.884.319/0001-59, estabelecida na Alameda Roger Adam, nº 169 – Utinga – Santo André/SP, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras de 31/12/2016.

Santo André, 13 de Março de 2017.


Elizabeth do Rocio de Freitas
Diretora Adm. Financeira


Jussara do Rocio Gomes Ferreira Lopes
Diretora Comercial

**Rua Comendador Araújo, 143 – 6º Andar – Sala 62 – Edifício Everest – Centro
Curitiba – Paraná – Cep 80420-000
Fones: (41) 3029-1806 / Fax: (41) 3029-1810**